

Governo de Pernambuco
Secretaria de Administração – SAD
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE

CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE

Especialidade: CONTROLE INTERNO – FINANÇAS PÚBLICAS

MÓDULO IV

PROVA OBJETIVA – 16/06/2026

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------|--|--|--|--|-----------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|-----------------|--|--|----|--|
| Nome | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nº CPF | | | | | Nº do Doc. de Identificação | | | | | | | | | | Órgão Expedidor | | | UF | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 (**ZERO**) ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.
Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.

1. Durante o planejamento de uma auditoria em um órgão estadual, a equipe da SCGE/PE definiu a materialidade global em 3% da Receita Corrente Líquida (RCL) e a materialidade para execução dos procedimentos em 75% desse valor. Ao longo da execução, a equipe identificou individualmente distorções que somam R\$ 1.200.000,00, enquanto a materialidade para execução calculada foi de R\$ 950.000,00. O auditor responsável precisa decidir se as distorções identificadas são relevantes para as demonstrações como um todo. Considerando as normas de auditoria governamental, qual deve ser o raciocínio técnico do auditor?

- A) As distorções são automaticamente relevantes, pois o valor total de R\$ 1.200.000,00 superou a materialidade para execução de R\$ 950.000,00, independentemente de sua natureza. A materialidade para execução é parâmetro para o processo e gatilho automático para parecer.
- B) A materialidade para execução é apenas um guia interno e não deve ser usada como parâmetro para concluir sobre a relevância das distorções — o correto é comparar com a materialidade global de 3%.
- C) Como a soma das distorções superou a materialidade para execução, o auditor deve imediatamente emitir parecer adverso sobre as contas, sem necessidade de análise complementar.
- D) O auditor deve desconsiderar as distorções individuais e refazer todo o planejamento, pois a materialidade definida inicialmente mostrou-se inadequada.
- E) O auditor deve avaliar se as distorções, em conjunto, distorcem a imagem fiel das demonstrações, considerando tanto o aspecto quantitativo (superação da materialidade para execução) quanto o qualitativo (natureza das distorções, se envolvem fraudes, erros, ou itens sensíveis como receitas e despesas obrigatórias).

2. Em uma auditoria na área de concessão de subsídios estaduais, a equipe da SCGE/PE precisa compreender o fluxo de concessão desde a solicitação até o pagamento. Para isso, decide utilizar a técnica de fluxograma (flowchart) como ferramenta de coleta e análise de dados. Após desenhar o fluxograma com base em entrevistas com os operadores do processo, a equipe identificou que há três pontos de aprovação que não estavam previstos na norma interna. Considerando as técnicas de auditoria e a utilidade do fluxograma como ferramenta analítica, qual a conclusão mais adequada?

- A) O fluxograma é uma técnica visual dispensável, pois a equipe poderia obter as mesmas informações apenas com a leitura da norma interna.
- B) A presença de aprovações adicionais indica controles mais rigorosos, o que é sempre positivo e não requer análise pela equipe.
- C) O fluxograma revelou uma desconformidade entre o processo real e a norma, demonstrando que a técnica é útil para identificar controles não formalizados e pontos de fragilidade no desenho do processo.
- D) O fluxograma só seria válido se elaborado com base exclusivamente na norma, e não em entrevistas, pois os operadores podem ter descrito o processo incorretamente.
- E) A equipe deve descartar o fluxograma e usar apenas análise documental, pois fluxogramas não são técnicas reconhecidas pelas normas de auditoria governamental.

3. Durante a execução de uma auditoria, a equipe da SCGE/PE está examinando a folha de pagamento de uma secretaria. Para testar a existência e a exatidão dos valores pagos a servidores cedidos a outros órgãos, a equipe decide solicitar confirmação externa (circularização) aos órgãos cessionários. Dos 15 ofícios enviados, 12 foram respondidos confirmando os valores, 2 não foram respondidos após duas solicitações, e 1 foi devolvido com ressalvas apontando divergência de R\$ 3.500,00 no valor mensal informado pela secretaria. Considerando as normas sobre evidência de auditoria e procedimentos alternativos, qual deve ser a conduta da equipe?

- A) Para os 2 não respondidos, realizar procedimentos alternativos (ex.: verificar pagamentos nos extratos bancários e contracheques); para a divergência de R\$ 3.500,00, aprofundar a investigação solicitando documentos comprobatórios ao órgão de origem e ao cessionário.
- B) Considerar a amostra suficiente, pois 12 de 15 respostas (80%) confirmaram os valores, e desconsiderar as não respondidas e a divergência por serem imateriais.

- C) Descartar todo o teste e refazer a circularização enviando novos ofícios com prazo maior, pois o índice de não resposta invalida a amostra.
- D) Considerar as 12 respostas como evidência suficiente para todos os 15 itens, desde que os 3 restantes representem menos de 10% do valor total da amostra.
- E) Ignorar a divergência de R\$ 3.500,00 por ser de baixo valor individual, mas realizar procedimentos alternativos para os 2 não respondidos.

4. Em uma auditoria nas contas de uma empresa pública estadual, a equipe da SCGE/PE identificou um achado de auditoria com a seguinte estrutura: "As demonstrações contábeis de 2025 superavaliaram o ativo imobilizado em aproximadamente R\$ 2,8 milhões, em decorrência da não reavaliação de bens com laudos técnicos vencidos há mais de 24 meses, o que compromete a fidedignidade do patrimônio líquido e pode induzir a erro na tomada de decisão por parte dos usuários das demonstrações." Nesse achado, o atributo "causa" está:

- A) Na superavaliação do ativo imobilizado em R\$ 2,8 milhões.
- B) Na não reavaliação de bens com laudos técnicos vencidos há mais de 24 meses.
- C) No comprometimento da fidedignidade do patrimônio líquido.
- D) Na indução a erro na tomada de decisão pelos usuários.
- E) Na ausência de um sistema informatizado de controle de bens patrimoniais.

5. A SCGE/PE emitiu um relatório de auditoria com recomendações para uma entidade pública estadual. Após 12 meses, a equipe de monitoramento retornou para verificar o cumprimento. A entidade estadual comprovou que atendeu 3 das 5 recomendações, mas não implementou as outras 2. Qual deve ser a conduta da equipe de monitoramento?

- A) Arquivar o monitoramento, pois o número de recomendações atendidas é satisfatório.
- B) Ignorar as recomendações não atendidas, pois o gestor tem liberdade total para acatar ou não as recomendações.
- C) Recomendar a abertura imediata de processo criminal contra o gestor.
- D) Registrar as 3 recomendações como atendidas, as 2 como não atendidas e adotar as providências cabíveis, como comunicar a recusa à autoridade superior.
- E) Refazer toda a auditoria, pois as recomendações não atendidas invalidam o trabalho anterior.

6. Durante a fase de execução de uma auditoria, a equipe da SCGE/PE aplicou um teste de auditoria sobre as despesas de uma secretaria a partir da análise de lançamentos contábeis. O teste consistiu em: selecionar 40 pagamentos acima de R\$ 50.000,00 realizados no exercício e conferir se os valores estavam de acordo com o contrato. Esse tipo de teste é classificado como:

- A) Teste de observância (controle), pois verifica a conformidade com procedimentos estabelecidos.
- B) Teste substantivo de transações e saldos, pois busca evidência direta sobre a existência, exatidão e ocorrência das despesas.
- C) Teste de controle interno, pois avalia a eficácia dos controles de pagamento da secretaria.
- D) Procedimento analítico exclusivamente, pois compara valores pagos com valores contratados.
- E) Teste de sistema, pois verifica o funcionamento do sistema de pagamentos como um todo.

7. Após concluir uma auditoria interna, a equipe da SCGE/PE elaborou um relatório contendo: objetivo, escopo, metodologia, resultados dos exames, conclusão e recomendações. De acordo com as normas de auditoria governamental, esse relatório está:

- A) Incompleto, pois faltam os anexos com todos os documentos originais.
- B) Incorreto, pois o relatório de auditoria não deve conter recomendações.
- C) Incompleto, pois deveria conter a identificação nominal de todos os servidores envolvidos.
- D) Incorreto, pois o relatório deve ser substituído por um certificado de auditoria.
- E) Correto e adequado, pois contém as seções essenciais previstas nas normas de auditoria governamental.

8. Em uma auditoria de acompanhamento da gestão fiscal, a equipe da SCGE/PE precisa avaliar se as metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício estão sendo cumpridas. Para isso, a equipe coleta dados de arrecadação, despesas e resultado primário do 1º ao 3º quadrimestre e os compara com as metas fixadas. Durante a análise, a equipe identifica que a meta de resultado primário foi superada com folga, mas que a meta de resultado nominal não será cumprida devido a uma operação de crédito de grande porte realizada no 2º quadrimestre. Considerando a análise de dados em auditoria de finanças públicas e o papel da SCGE/PE, qual deve ser o encaminhamento técnico da equipe?

- A) Concluir que a gestão fiscal foi exitosa, pois a meta de resultado primário foi superada, e o não cumprimento da meta nominal é compensado pelo superávit primário.
- B) Ignorar o descumprimento da meta nominal, pois as metas da LDO são meramente indicativas e não vinculantes para a auditoria.
- C) Registrar o descumprimento da meta nominal, analisar as causas (a operação de crédito), avaliar a legalidade e a oportunidade da operação, e consignar no relatório o impacto sobre a trajetória da dívida e a capacidade de pagamento do Estado.
- D) Recomendar a imediata reabertura do prazo para pagamento da operação de crédito no exercício seguinte para recompor a meta nominal.
- E) Concluir que a meta nominal é menos relevante que a primária, e portanto seu descumprimento não requer registro no relatório.

9. A equipe de auditoria da SCGE/PE está elaborando os papéis de trabalho de uma auditoria. O auditor responsável decidiu utilizar uma planilha eletrônica compartilhada em nuvem como principal ferramenta de documentação, permitindo que toda a equipe edite simultaneamente os mesmos arquivos. O supervisor, ao revisar, manifestou preocupação com a segurança e a integridade da documentação. Considerando sobre a documentação de auditoria e as boas práticas de guarda e confidencialidade no setor público, qual deve ser a orientação do supervisor?

- A) A planilha em nuvem é adequada e não há preocupações, pois a tecnologia moderna garante segurança automaticamente.
- B) A planilha em nuvem deve ser abandonada imediatamente, pois as normas de auditoria exigem que todos os papéis de trabalho sejam físicos e impressos.
- C) O supervisor deve orientar que apenas o auditor mais sênior tenha acesso à planilha, restringindo a participação da equipe na documentação.
- D) O supervisor deve orientar que, além da planilha em nuvem, sejam adotados controles de acesso, versão e backup, e que a documentação final seja armazenada em meio seguro e auditável, conforme as políticas de segurança da informação da SCGE/PE, garantindo a integridade e a confidencialidade dos papéis de trabalho.
- E) A preocupação é infundada, pois a confidencialidade não é um requisito para papéis de trabalho de auditoria governamental.

10. Em uma auditoria voltada à análise de restos a pagar, a equipe da SCGE/PE identificou que R\$ 15 milhões em restos a pagar não processados foram inscritos sem a comprovação do recebimento dos bens ou serviços, contrariando a LRF. A equipe também constatou que parte desses valores se refere a contratos firmados em 2023, sem qualquer execução até a data da auditoria (2026). Ao estruturar o achado, o atributo "consequência" deve ser redigido como:

- A) "Potencial comprometimento da execução orçamentária futura, risco de pagamento por serviços não prestados e violação do princípio da anualidade orçamentária, com impacto na apuração do resultado fiscal."
- B) "Inscrição irregular de restos a pagar sem a devida comprovação."
- C) "Inobservância a LRF."
- D) "Contratos firmados em 2023 sem execução por mais de 24 meses."
- E) "Fragilidade no controle interno da secretaria quanto à inscrição de restos a pagar."

10. No Poder Executivo de Pernambuco, qual é a finalidade principal do Sistema de Controle Interno (SCI), do qual a correição faz parte?

- A) Garantir a punição de todos os servidores de forma absoluta.
- B) Proporcionar segurança razoável na realização de objetivos ligados a operações, divulgação e conformidade.
- C) Substituir a atuação do Poder Judiciário em crimes comuns.
- D) Eliminar todos os riscos de erros na administração pública.
- E) Priorizar o interesse privado sobre as normas de conformidade.

12. O Direito Administrativo Disciplinar utiliza a correição como um instrumento de controle de comportamento através de:

- A) Aplicação de penalidades para alinhar condutas ao interesse público.
- B) Regras baseadas exclusivamente em critérios subjetivos do gestor.
- C) Eliminação de qualquer tipo de dever ou proibição ao servidor.
- D) Foco apenas na premiação financeira de servidores.
- E) Suspensão imediata de todos os processos administrativos.

13. Na fase de instrução de um processo administrativo disciplinar, qual é o ato realizado por último?

- A) A publicação do ato de instauração.
- B) A designação do secretário da comissão.
- C) A coleta de provas periciais.
- D) O interrogatório.
- E) A notificação prévia do imputado.

14. Segundo a Lei 6.123/68, qual é o prazo legal para que um indiciado apresente sua defesa escrita em um processo administrativo disciplinar após ser citado, considerando que ele é o único acusado?

- A) 5 dias.
- B) 10 dias.
- C) 15 dias.
- D) 20 dias.
- E) 30 dias.

15. Se um servidor comete uma infração passível de demissão, qual é o prazo de prescrição (tempo limite para a administração punir)?

- A) 1 ano.
- B) 2 anos.
- C) 3 anos.
- D) 5 anos.
- E) 10 anos.

16. No Poder Executivo Estadual, qual é o processo adequado para ressarcimento de danos ao erário?

- A) Sindicância Investigativa.
- B) Sindicância Acusatória.
- C) Investigação Preliminar.
- D) Inquérito Administrativo Disciplinar (IAD).
- E) Tomada de Contas Especial (TCEsp).

17. Qual o rito punitivo utilizado apenas para a aplicação de penas leves de repressão ou de até 15 dias de suspensão, segundo o Art. 218. Lei 6.123/68?

- A) Investigação Preliminar.
- B) Sindicância Acusatória.
- C) Inquérito Administrativo Disciplinar (IAD).
- D) Tomada de Contas Especial.
- E) Sindicância Investigativa.

18. Conforme a Lei nº 18.411/2023, qual órgão exerce a função de Órgão Central do Sistema de Correição (SISCOR)?

- A) A Secretaria de Defesa Social.
- B) A Controladoria-Geral do Estado (SCGE).
- C) O Tribunal de Contas do Estado.
- D) A Procuradoria Geral do Estado.
- E) A Assembleia Legislativa.

19. Na administração pública, o conceito de "Integridade" é definido como:

- A) O cumprimento de ordens superiores mesmo que ilegais.
- B) A capacidade de evitar que processos administrativos sejam abertos.
- C) O alinhamento consistente a valores éticos e normas para priorizar o interesse público.
- D) O isolamento do servidor em relação aos órgãos de controle.
- E) A proteção de interesses privados dentro da estrutura estatal.

20. Em casos onde a autoria ou a materialidade do ilícito ainda são incertas, qual processo deve ser instaurado?

- A) Sindicância Acusatória.
- B) Inquérito Administrativo Disciplinar.
- C) Sindicância Investigativa.
- D) Processo de Demissão.
- E) Tomada de Contas Especial.